



Rede de Pesquisa
do Campo de Públicas

relatório de pesquisa

Diagnóstico Exploratório do Campo de Públicas

ANEPECP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENSINO, PESQUISA
E EXTENSÃO DO CAMPO DE PÚBLICAS



Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP)

Diretoria 2021/2023:

Maria Isabel Araújo Rodrigues (EG/FJP) - Diretora Presidente

Cibele Franzese (FGV) - Diretora Adjunta

Luiz Fernando Macedo Bessa (UnB) - Diretor Financeiro

Jorgiene dos Santos Oliveira - Diretora de Ensino

Maria Carolina Martinez Andion (UDESC) - Diretoria de Pesquisa

Gustavo Costa de Souza (IPPUR/UFRJ) - Diretor de Extensão

Raquel Maria da Costa Silveira (UFRN) - Diretoria de Comunicação

Pesquisadores (as), cursos e instituições envolvidos na primeira etapa da Rede de Pesquisa:

Ana Paula Salej Gomes - Escola de Governo/Fundação João Pinheiro (EG/FJP).

Carla Bronzo - Escola de Governo/Fundação João Pinheiro (EG/FJP).

Caroline Córdova - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (PPGA/FACE/UnB).

Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro – Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA).

Erika Caracho Ribeiro – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade de Brasília (PPGA/UnB).

Fernanda Natasha Bravo Cruz – Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/FACE/UnB), programas de pós-graduação acadêmicos em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) e mestrado profissional em Educação (PPGE-MP/FE) na Universidade de Brasília (UnB).

Hudson do Vale Oliveira – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGD/UDESC).

Lys Maria Vinhaes Dantas - Curso de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (URFB).

Maria Carolina Martinez Andion – Departamento de Administração Pública do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (DAP/ESAG/UDESC), Programa Acadêmico de Pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGA/ESAG/UDESC).

Matheus Arcelo Fernandes Silva – Escola de Governo/Fundação João Pinheiro (EG/FJP).

Suylan de Almeida Midlej e Silva - Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (GPP/FACE/UnB), Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília (PPGA/UnB) e do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade de Brasília (MPA/UnB).

Bolsistas de Iniciação Científica:

Augusta Cora Lamas Lopes (FJP)

Caio César Oliveira Andade (GPP/FACE/UnB)

Fackson Henrique Eugênio Rocha (FJP)

Francisco José Tavares (GPP/FACE/UnB)

Genilton dos Reis Silva (GPP/FACE/UnB)

Gisela Guth (GPP/FACE/UnB)



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Diagnóstico exploratório do campo de públicas
[livro eletrônico] : relatório de pesquisa /
Rede de Pesquisa do Campo de Públicas. --
Brasília, DF : Associação Nacional de
Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de
Públicas, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-998781-1-4

1. Ensino superior - Brasil 2. Extensão
universitária - Brasil 3. Interdisciplinaridade
na educação 4. Pesquisa científica I. Rede de
Pesquisa do Campo de Públicas.

23-170478

CDD-378.17

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino superior : Didática : Educação 378.17

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 2. A CONSTITUIÇÃO DA REDE DE PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS E O DESENHO DA PESQUISA | 11 |
| 3. DESENHO E METODOLOGIA DA PESQUISA | 14 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 17 |
| 4.1 Perfil geral dos cursos presenciais do Campo de Públicas no Brasil | 17 |
| 4.2 Caracterização dos cursos a partir da análise dos Projetos Pedagógicos | 21 |
| 4.2.1 Adoção das DCNs | 21 |
| 4.2.2 Ensino e Interdisciplinaridade | 24 |
| 4.2.3 Iniciação Científica e pesquisa | 30 |
| 4.2.4 Extensão | 33 |
| 4.2.5 Estágio | 37 |
| 4.2.6 Perfil do egresso | 41 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA .. | 46 |
| 6. ENTREGAS DA REDE DE PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS ... | 50 |
| 7. SUGESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA DO CAMPO | 51 |
| REFERÊNCIAS | 53 |

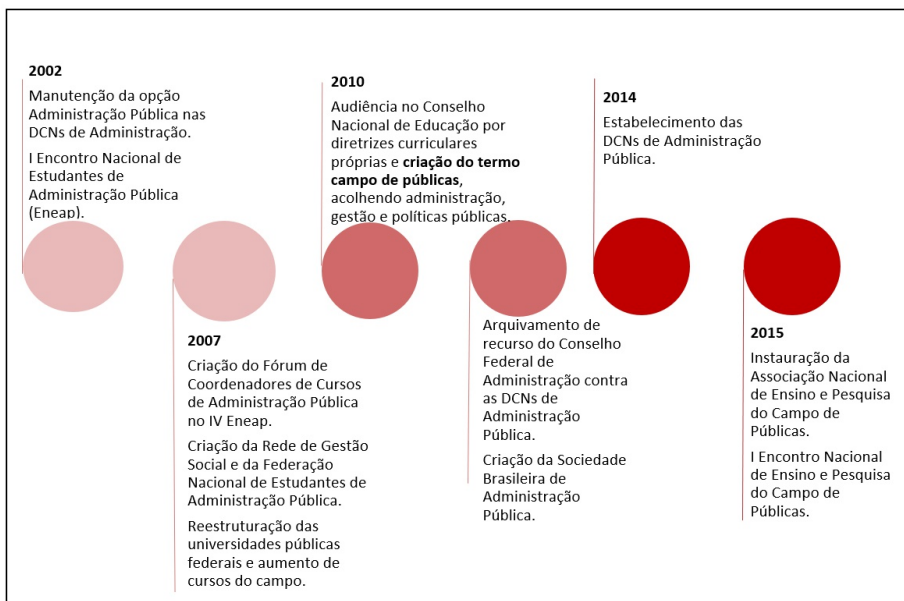
1. INTRODUÇÃO

O Campo de Públicas (CP) é uma nomenclatura utilizada para se referir a um conjunto de cursos de graduação e pós-graduação voltados para promoção do interesse público, tanto a partir da formação quanto da atuação profissional. Essa preocupação com a coisa pública, em uma perspectiva republicana, tem levado ao alargamento dessa rede composta por professores, pesquisadores e profissionais de diversas regiões do país. Esse grupo engajado constituiu recentemente uma Rede de Pesquisa para aprofundar as reflexões sobre a configuração do campo, seus cursos e características, o que culminou em uma primeira etapa de pesquisa, com vistas à construção de um diagnóstico exploratório do CP no país, cujos resultados preliminares são explorados neste texto.

Conforme discutido por diversos autores (Pires, Vainer & Fonseca, 2012; Pires, Silva, Fonseca, Vendramini & Coelho 2014; Coelho, Almeida, Silva, Schommer & Teixeira, 2020), pode-se afirmar que o CP se constitui no Brasil tanto como movimento, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano do país, quanto como área multidisciplinar acadêmica, de investigação científica e formação profissional, que congrega cursos nas áreas de Estado, Governo, Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas.

Como descrevem Coelho et al. (2020), o termo “Campo de Públicas” surge “no ato de uma Audiência Pública realizada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 5 de abril de 2010, para se discutir a elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração Pública (AP)” (p. 488). No entanto, a trajetória do CP e sua constituição como movimento antecede esse momento e alguns marcos podem ser destacados, conforme ilustramos na figura 1.

Figura 1: Marcos no fortalecimento e institucionalização do CP



DCNs: Diretrizes Nacionais Curriculares.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Araújo (2012), Pires et al. (2014), Araújo (2016) e Coelho et al. (2020).

Como ilustrado, a constituição do CP responde tanto à necessidade de formação diferenciada para fazer face e atuar em resposta aos problemas públicos que enfrentamos no país, como ao reconhecimento da relevância de diversos saberes e sua interlocução na gestão pública, conectando-os às múltiplas dimensões das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, conforme será discutido mais adiante, sobre interdisciplinaridade no CP.

Portanto, nessa trajetória sintetizada na Figura 1 (e cujas raízes são anteriores aos anos 2000) evidencia-se que o CP se amplia, se diversifica e se institucionaliza consideravelmente na última década. Com isso, promove uma transformação na paisagem das ciências sociais, sobretudo nos cursos relacionados às ciências do Estado e gestão pública no Brasil, aprofundando o diálogo interdisciplinar e trazendo consigo novas práticas de ensino, pesquisa e extensão e sua articulação tanto na graduação, quanto na pós-graduação.

No ensino, destaca-se a ampliação do número de cursos de graduação, de bacharelado e tecnológicos, presenciais e à distância, e também de pós-graduação, com as denominações e linhas de pesquisa relacionadas ao CP no país (Farah, 2018; Coelho et al, 2020). Destaca-se também como marco no ensino a homologação, em 2014, das DCNs para os bacharelados de Administração Pública e congêneres (Brasil, 2014).

No âmbito da pesquisa, percebe-se uma clara ampliação de publicações científicas que tratam do CP, suas características, particularidades, metodologias, produções acadêmicas e desafios, de autoria dos próprios pesquisadores do Campo, principalmente após 2014 (Pires et al, 2014; Keinert, 2014; Filgueiras & Lobato, 2015; Farah, 2018; Gonçalves & Oliveira, 2016; Vendramini & Almeida, 2017; Lima & Rodrigues, 2017; Etulaim, Serafim & Horochovski, 2018; Coelho, 2019; Almeida et al, 2020; Coelho et al, 2020).

Outro importante marco nesse processo de consolidação e institucionalização do CP foi a criação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP), em 2015, tendo adicionado à sua nomenclatura em 2022 o termo Extensão. A Associação atua como um espaço de articulação dos participantes do CP e busca contribuir no fortalecimento da pesquisa, da extensão e do ensino nos seus cursos, além de outros objetivos para fomentar o seu desenvolvimento.

Diante disso, desde 2021, a ANEPECP vem envidando esforços para formação de uma rede de pesquisadores de diversas Instituições de Educação Superior (IES) do CP no Brasil que possa contribuir para compreensão da configuração desse Campo, revelando os cursos que o compõem, suas características, seus corpos docente e discente, suas percepções sobre o próprio Campo

e suas perspectivas futuras. Destaca-se, apesar da evidente ampliação das publicações sobre o campo, que ainda se sabe pouco sobre sua delimitação no Brasil e que existem poucos estudos empíricos de âmbito nacional que evidenciem as características dos cursos, do corpo docente e discente do CP, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Partindo dessas imprecisões, o esforço da primeira etapa do estudo conduzido pela Rede de Pesquisa do Campo de Públicas (RPCP) foi elaborar um diagnóstico exploratório do CP no país. Esse relatório pretende, assim, contribuir para apresentar a constituição da Rede e sistematizar o percurso e o quadro atual da pesquisa, a partir do relato de alguns dos pesquisadores envolvidos, socializar os resultados, os aprendizados e os desafios de tal pesquisa interinstitucional e fomentar o diálogo e o engajamento dos participantes do CP com esse esforço coletivo de compreensão do campo, sua configuração e suas características.

Para tanto, o relatório se estrutura em seis partes, além desta introdução. Primeiramente, aborda-se a constituição da RPCP e sua composição atual. Na parte 2, apresenta-se o desenho da primeira etapa da pesquisa, seus objetivos e estratégias metodológicas. Na parte 3, é apresentada a análise dos resultados, focalizando primeiramente no panorama dos cursos presenciais do CP, a partir do Censo do Ensino Superior de 2019. Em seguida, empreende-se uma

análise de seus cursos e de suas práticas de pesquisa, ensino, extensão, estágio e do perfil de egressos, a partir do exame de seus Projetos Pedagógicos. Nos demais itens, levanta-se recomendações para o CP e sua comunidade, no sentido de apoiar e ampliar o engajamento de seus integrantes com a pesquisa, sua continuidade e seu aprofundamento.

2. A CONSTITUIÇÃO DA REDE DE PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS E O DESENHO DA PESQUISA

Desde 2021, por uma iniciativa da Diretoria da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP) - promovida pelas diretoras de ensino e de pesquisa, Carla Bronzo e Gabriela Lotta, respectivamente, e com o apoio do então presidente Edgilson Tavares de Araújo - iniciou-se um esforço conjunto de articulação da Rede de pesquisa do Campo de Públicas. A Rede foi criada com o objetivo realizar um diagnóstico do campo de conhecimento de “públicas” no Brasil, a partir dos cursos e docentes que o integram, uma demanda importante da Associação à época. Neste sentido, um primeiro esforço de operacionalização da pesquisa foi iniciado pela professora Carla Bronzo na Fundação João Pinheiro, envolvendo também a professora Ana Paula Salej, Bruno Magalhães e Matheus Arcelo Fernandes da Silva. A esse esforço coletivo se juntaram, à convite da ANEPECP, as professoras Fernanda

Natasha Bravo Cruz e Suylan de Almeida Midlej e Silva, do curso de Gestão de Políticas Públicas, além de Erika Caracho Ribeiro, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília (GPP/Face/UnB), e as professoras Lys Maria Vinhaes Dantas e Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro, do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. As professoras também envolveram, desde então, alunos de extensão, iniciação científica e orientandos com a pesquisa.

A partir daí, esse grupo passou a se reunir com frequência e realizou no segundo semestre de 2021 encontros para delimitação do escopo e dos objetivos da pesquisa. Nesse momento, que antecedeu a operacionalização da pesquisa, houve mudança na gestão da ANEPECP, mas manteve-se a continuidade dos trabalhos, também assumidos pela atual diretoria. O esforço colaborativo passou a ser acompanhado pela diretora de pesquisa na gestão 2021/2023, professora Maria Carolina Martinez Andion que envolveu seu orientando de doutorando Hudson do Vale Oliveira. Também por demanda dos/as pesquisadores envolvidos, foi iniciado um esforço da ANEPECP de maior difusão da pesquisa e da Rede.

Entre outras ações de divulgação, contando com o apoio da Diretora de Comunicação, Raquel Silveira, foi criada a logomarca da Rede, o e-mail redes.camp-odepublicas@gmail.com e uma página no

Instagram @redecampo-depublicas. Também foi realizada, em 15/03/2022, reunião da equipe já engajada na pesquisa com outros professores membros da ANEPECP, na sua maioria já envolvidos na Diretoria e no Conselho. Nessa reunião foi identificada a necessidade de engajar os participantes e outros interessados que já desenvolvem pesquisa no CP para contribuir, mobilizar e participar da Rede. Assim, foi levantada a relevância de elaborar um Termo da RPCP que servisse como protocolo da pesquisa e meio de divulgar o histórico da rede e de suas atividades nessa primeira etapa e também como instrumento para engajamento de professores e pesquisadores interessados em apoiar a pesquisa.

Portanto, essa primeira etapa da pesquisa foi conduzida por um esforço interinstitucional de professores/as) e pesquisadores/as) da FJP, UnB, UFRB e da UDESC, em diálogo e com apoio de outros membros da diretoria e do conselho da ANEPECP. A formação da RPCP se apresenta assim em um cenário de resultados virtuosos da história de construção de uma identidade de um campo científico (Keinert, 2014) com seus marcos e institucionalidades, como sintetizado na Figura 1. Esse trabalho permitiu chegar ao desenho da pesquisa, incluindo objetivos, enfoque metodológico e resultados preliminares, conforme será discutido a seguir.

3. DESENHO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a operacionalização da primeira etapa da pesquisa, após reunião oportunizada pela ANEPEC/P entre a equipe de pesquisa e o professor Paulo de Martino Jannuzzi, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE) e, conforme orientação deste, decidiu-se iniciar o mapeamento pelos dados do Censo de Educação Superior do Ministério de Educação (MEC), focalizando nos cursos presenciais. Tal decisão deveu-se à necessidade de uma delimitação que permitisse a operacionalização da pesquisa nesse primeiro momento e também ao fato de o Censo apresentar uma gama maior de informações e dados confiáveis sobre os cursos de ensino superior no Brasil.

Diante disso, a partir das deliberações assumidas pela equipe, definiu-se para uma primeira etapa da pesquisa, os seguintes objetivos: (1) identificar o perfil geral dos cursos presenciais que compõem o Campo de Públicas no Brasil; (2) caracterizar esses cursos, a partir da análise de seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), identificando aspectos disciplinares e das práticas de ensino, pesquisa, extensão e estágio supervisionado; (3) analisar o perfil dos egressos desses cursos e suas características, conforme definido nos PPCs.

Para cada um desses objetivos, foram estabelecidos métodos específicos. Quanto ao perfil geral dos cursos foram mapeados 132 cursos presenciais do CP, a partir dos dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2022). Destaca-se que o Censo apresenta outros 150 cursos do CP em modalidade educação à distância (EAD), totalizando 282. Tais cursos não fizeram parte desta etapa da investigação.

Sabe-se também que o e-MEC, portal do governo com informações do ensino superior em tempo real e online (MEC, 2022), apresenta números maiores do que o universo considerado. Em agosto de 2022, quando pesquisada a palavra-chave "pública" no nome do curso, retirando os cursos que não são do CP e os que não estão em atividade, chegou-se a um número de 58 bacharelados e 195 tecnológicos, totalizando 253 cursos presenciais. Já entre os cursos à distância encontrou-se o registro de 66 bacharelados e 211 tecnológicos em atividade no país, totalizando 277 cursos. Sem desconsiderar que o universo dos cursos presenciais do CP possa ser maior do que o pesquisado, optamos por utilizar dados do Censo da Educação Superior de 2019, como já citado, já que esses, a partir dos dados do e-MEC, incluem informações mais detalhadas sobre as ofertas de curso pelo Brasil (INEP, 2022).

Assim, os dados correspondentes aos cursos presenciais foram georreferenciados, buscando caracterizar os cursos por

localidade e distribuição regional, e por tipo, considerando as áreas cobertas pelo CP, conforme estabelecido nas DCNs incluindo: nome do curso, tipo de instituição (pública ou privada) e modalidade do curso (tecnológico ou bacharelado).

Para a caracterização dos cursos, buscou-se acessar os PPCs dos cursos presenciais mapeados, por meio de solicitação por e-mail aos seus coordenadores, além de acesso aos sites das IES, tendo sido possível acessar 53. Desses, foram considerados para análise 51 PPCs que puderam ser inseridos no software de análise (dois foram excluídos, uma vez que estavam em formato de imagem).

Os conteúdos desses PPCs foram então categorizados e separados em seções, incluindo ensino, pesquisa, extensão, estágio supervisionado e perfil do egresso, analisados primeiramente na íntegra e depois com a ajuda do software de análise textual IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et Questionnaires*). Esse é um *software* de análises textuais, processado com base no software “R”, que permite a análise qualitativa multidimensional de textos com rigor estatístico, organizando classes de palavras de diversas formas (Salviati, 2014) por meio de: (1) Classificação Hierárquica Descendente (CHD), expressada em dendograma, denotando a associação de segmentos de textos a classes de palavras, e em análise fatorial de correspondência, que permite verificar a relação entre as classes de

palavras; (2) nuvem de palavras que expressam a sua frequência no texto; (3) análise de similitude, que apresenta a conectividade dos termos via análise das suas semelhanças. Os resultados são baseados em substantivos, verbos e adjetivos e estão expressados por meio de gráficos construídos a partir do aproveitamento maior que 70% dos segmentos de textos analisados com o *software*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresentamos os resultados e a sua análise, tanto dos dados gerais dos cursos como os revelados a partir do exame dos PPCs. Apresentamos evidências sobre as características desses cursos e do próprio CP em termos de ensino, pesquisa, extensão, estágio supervisionado e perfil do egresso. Buscou-se analisar também a adesão às DCNs, o que remete ao percurso dos cursos e seu engajamento no CP e à área de conhecimento correlata. A seguir apresentam-se resultados preliminares da pesquisa e sua discussão.

4.1 Perfil geral dos cursos presenciais do Campo de Públicas no Brasil

Quanto ao perfil geral dos cursos, considerou-se que tanto a nomenclatura, como a modalidade e o tipo de instituição são

representativos e caracterizam a sua identidade, levando sempre em conta a transição que todos estão passando em função da inserção das novas DCNs em seus currículos. Dos 132 cursos presenciais do Campo de Públicas mapeados, a nomenclatura predominante que aparece é Gestão Pública, com 93 cursos. Em segundo lugar Administração Pública, com 25. Em seguida, Gestão de Políticas Públicas, com 5, e Políticas Públicas, com 3. Os outros possuem como nomenclatura: Administração Pública e Políticas Públicas; Administração Pública e Social; Ciências do Estado; Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social; e Política e Gestão Cultural. A Figura 2 e o Gráfico 2 apresentam onde os cursos são ofertados e sua distribuição regional.

Quanto ao tipo de instituição, os dados apontam que há a mesma quantidade de cursos entre as IES públicas e privadas, com 66 cursos cada, respectivamente, conforme os gráficos apresentados no Gráfico 1. Destes cursos, é possível notar 41 bacharelados (25 sob o nome “Administração Pública”) e 91 tecnológicos (90 deles sob o nome “Gestão Pública”).

Como citado, entre os 132 cursos mapeados, apenas 51 (38,6%) disponibilizaram seus PPCs (seja por website ou por envio pelo coordenador, após solicitação por e-mail) em formato adequado para a pesquisa. A grande maioria deles (45) eram de

instituições públicas. Quanto à localização dos cursos que disponibilizaram seus PPCs, dispostos no gráfico 2, a maioria dos cursos se encontra nas regiões Nordeste (14) e Sul (12), seguidos pela região Sudeste (12), regiões Norte (7) e Centro-Oeste (6).

Figura 2: Localização dos cursos de graduação presenciais do campo de públicas disponibilizados no Censo da Educação Superior (Inep, 2022).

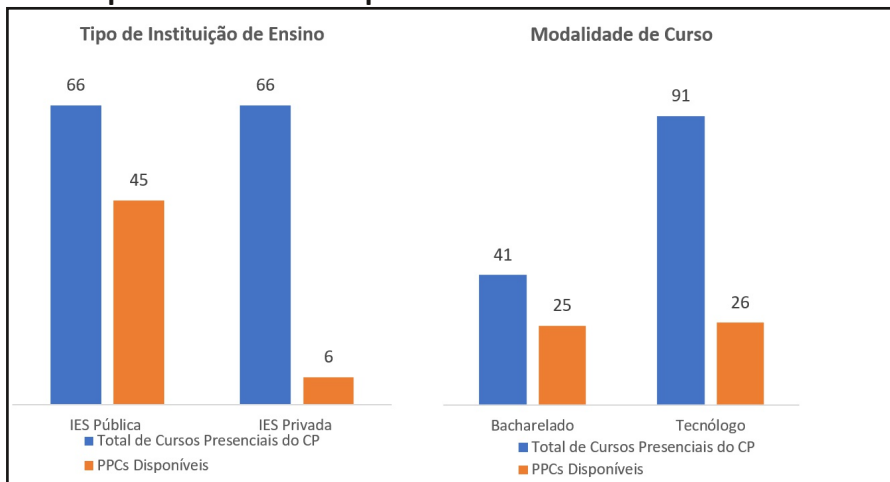


Fonte: elaborado pela Rede de Pesquisa do Campo de Públicas, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (Inep, 2022).

Acesso ao mapa no Google Maps:

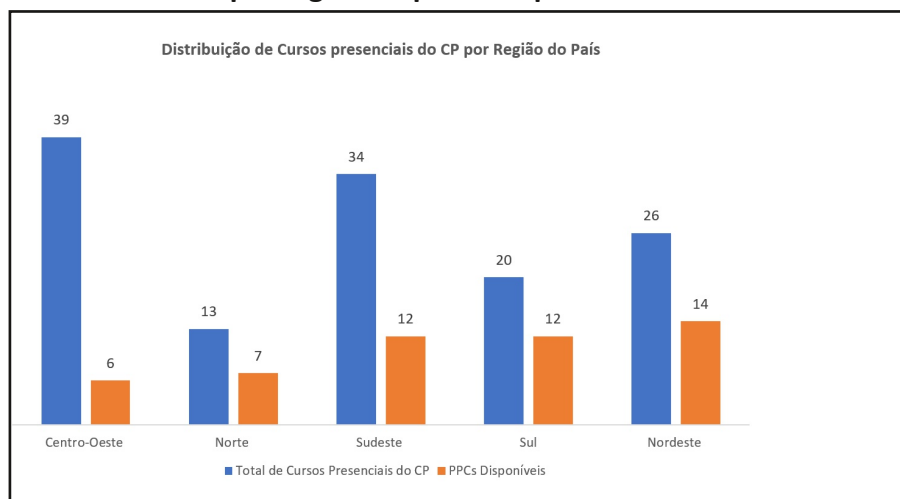
<https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1XDItKA9WvFI525VymFrua-KSL8DP1wmS&usp=sharing>

Gráfico 1. Tipos de Instituições, Modalidades de cursos presenciais do Campo de Públicas e disponibilidade de PPCs



Nota: Elaboração da RPCP, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2022) e com os PPCs de 51 cursos do Campo de Públicas

Gráfico 2. Cursos por região do país e disponibilidades de PPCs



Nota: Elaboração da RPCP, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2019 (INEP, 2022) e com os PPCs de 51 cursos do Campo de Públicas

4.2 Caracterização dos cursos a partir da análise dos Projetos Pedagógicos

O PPC - a despeito de ser um documento formal e elaborado muitas vezes pelas IES em resposta às exigências legais do MEC - pode ser também considerado como uma declaração oficial da identidade e das características dos cursos e, por conseguinte, do CP, sendo aqui considerado num porvir em construção, diante da dinâmica destes projetos. Dito isso, foram elencados alguns achados que podem ser destacados em termos de resultados da pesquisa.

4.2.1 Adoção das DCNs

A partir da análise dos 51 PPCs disponibilizados, 3 não especificaram a adoção de DCNs, portanto, a amostra considerada foi de 48 cursos (24 bacharelados e 24 tecnólogos). Identificou-se que 20 cursos adotam as DCNs de Administração Pública de 2014 (Resolução CNE/CES 1/2014), todos na modalidade bacharelado. Desses, vale destacar que 8 sinalizam a adoção também do Parecer CNS/CES 266/2010 e 2 sinalizam o uso somente dessa documentação de 2010, que possui conteúdo similar à Resolução CNE/CES 1/2014, apenas se tratando do texto ainda não homologado em razão do recurso interposto pelo Conselho Federal

de Administração; 2 cursos de bacharelado não citam nenhuma das duas regulamentações, sendo que um deles foi elaborado em data anterior à DCN.

Ou seja, 22 dos 24 bacharelados analisados (91,6%) adotaram as DCNs de 2014. Os cursos tecnológicos estudados (24) não citam nenhuma das duas regulamentações específicas do Campo. Portanto, considerando tanto tecnológicos quanto bacharelados, 45,8% dos cursos adotam diretrizes específicas da área. Ainda, conforme destacado no quadro 1, 7 PPCs destacam as DCNs de Administração (Resolução CES/CNE 4/2005), 5 deles bacharelados e 2 tecnológicos, 5 desse total cita essa DCN em conjunto com outras e 2 a cita de forma exclusiva.

Tabela 1. **Uso das DCNs pelos cursos estudados**

| Tipo de DCN | Bacharelado | Tecnológico | Total |
|---|-------------|-------------|-------|
| Resolução CNE/CES 1/2014 e/ou Parecer CNS/CES 266/2010 (DCNs de Administração Pública) | 22 | 0 | 22 |
| Resolução CES/CNE 4/2005 (DCN de Administração) | 5 | 2 | 7 |
| Resolução CNE/CP 3/2002, Portaria MEC 10/2006 e/ou Resolução CNE/CP 1/2021 (DCNs dos tecnológicos) | 0 | 21 | 21 |
| Resolução CNE/CP 01/2004 (relações étnico-raciais), Resolução CNE/CP 1/2012 (direitos humanos) e/ou Resolução CNE/CP 02/2012 (educação ambiental) | 9 | 11 | 20 |
| Nenhuma documentação específica citada sobre <u>DCNs</u> | 1 | 2 | 3 |

Nota: Elaborado pela RPCP, de acordo com dados dos PPCs de 51 cursos do Campo de Públicas coletados

No que se refere aos cursos tecnológicos, 21 deles adotam a Resolução CNE/CP 3/2002, Portaria MEC 10/2006 e/ou Resolução CNE/CP 1/2021, que instituem as DCNs gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Ao verificar o texto dessas Diretrizes, não se encontra nenhuma alusão específica aos conteúdos curriculares da área pública. Também um curso

tecnológico e outro de bacharelado destacam adoção somente de diretrizes referentes às áreas de conhecimento Direitos Humanos e de Relações Étnico-Raciais, respectivamente.

4.2.2 Ensino e Interdisciplinaridade

Conforme o IX Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas (FP3CP, 2013), o Campo reconhece a complexidade das sociedades contemporâneas e é orientado por referenciais epistêmicos democratizantes para gerar conhecimentos e estabelecer, em seus processos formativos, competências reflexivas para o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao fortalecimento da esfera pública, visando qualificar tanto ações públicas governamentais como aquelas da sociedade civil.

Para tanto, as iniciativas de ensino muitas vezes extrapolam a disciplinaridade e as salas de aula, de modo a desenvolver iniciativas inovadoras a exemplo dos Ateliês de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, das atividades de imersão e conexão da FJP (Almeida, Rodrigues & Silveira, 2019), da Residência Social da Universidade Federal da Bahia (Schommer & França Filho, 2010) e a Residência em Políticas Públicas da UnB (Silva, Teixeira, Barbosa & Araújo, 2015).

De acordo com Gomes, Almeida e Lúcio (2016), o ensino no campo de públicas orienta-se para os seguintes temas: relações

entre estado, governo e sociedade; planejamento governamental; governança; sustentabilidade; relações federativas; participação política e cidadania; intersetorialidade; instrumentos e tecnologias de gestão; planejamento estratégico; capacidades fiscais e execução orçamentária; formulação, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas.

Para lidar com a urgência, a multidimensionalidade e a multiatorialidade que envolvem as arenas públicas, os cursos do campo têm mobilizado diversas disciplinas. É a interdisciplinaridade que “permite a abertura de um novo nível de comunicação e abandonar os velhos caminhos da racionalidade tradicional”, articulando saberes entre “ciência e não-ciência, ciência e filosofia, sonho e filosofia” (Japiassu, 1994, p. 5). E o CP vem sendo afirmado como campo de conhecimento que transita da multidisciplinaridade para a interdisciplinaridade (Pires et al, 2014; Coelho et al, 2020), o que fica também explicitado pela análise textual dos PPCs neste estudo.

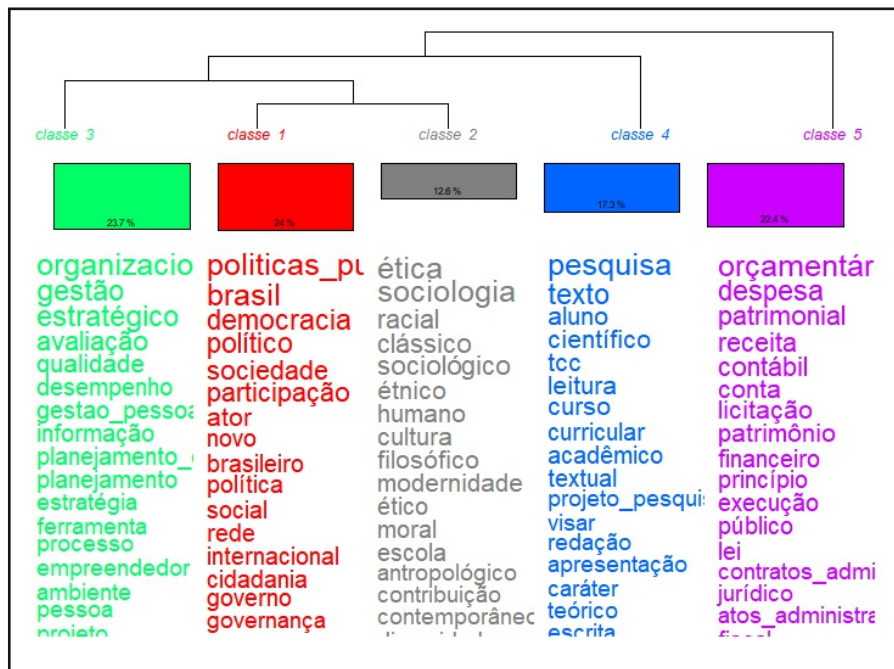
O Dendograma dos 47 PPCs que disponibilizaram informações suficientes sobre disciplinas obrigatórias para serem tratadas pelo software, conforme Figura 3, demonstra em seus títulos e ementas a aproximação entre cinco classes textuais que rotulamos como ênfase de abordagem da seguinte forma: Classe 1 - Vermelha: política (24%); Classe 2 - Cinza: sociológica e filosófica

(12,6%); Classe 3 - Verde: gestão (23,7%); Classe 4 - Azul: metodológica (17,3%); Classe 5 - Roxa: jurídica e contábil (22,4%).

Em análise pormenorizada, foi possível perceber que todas as abordagens estão presentes nas formações, em diferentes graus, destacando-se a tendência de maior frequência de cursos de bacharelado de universidades públicas com ênfase de abordagens política, sociológica e filosófica; e cursos tecnológicos de institutos federais e instituições privadas que possuem ênfase de abordagem jurídica e contábil. A ênfase metodológica também denota a preocupação com a construção de competências para pesquisa nas formações do Campo de Públicas.

O reconhecimento dessa interdisciplinaridade expressa nos PPCs pode ser considerada como um diferencial dos cursos do Campo ao considerar as interações entre as dinâmicas sociais, culturais, técnicas e políticas que atravessam a gestão e as ações públicas. A aproximação entre disciplinas, tão mencionada pela literatura do CP, está explicitada pela análise tanto nos traços que vinculam as cinco classes do Dendograma (Figura 3) como também na Análise Fatorial de Correspondência das disciplinas (Figura 4), que tem como eixo a abordagem de gestão e possui suas classes de palavras tão próximas. Essa figura se apresentaria de modo difuso caso o corpus textual analisado não trouxesse essa inter-relação entre as diferentes classes identificadas.

Figura 3. Categorias de Disciplinas obrigatórias em 47 PPCs do CP - Dendrograma



Nota: Elaborado pela RPCP por meio do software Iramuteq, com base em 47 PPCs analisados

de professores e estudantes que buscaram incidir nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nesse processo que segue em andamento, um dos pontos de inflexão é o encontro que produziu a Carta e fez parte da constituição da identidade coletiva do campo de públicas (KEINERT, 2014). Naquele momento, os destaques de disciplinas articuladas no documento para a formação de profissionais tecnopolíticos do campo de públicas estavam dispostos entre administração, ciências sociais, economia e direito (FP3CP; CONEAP, 2010). Tais áreas seguem relevantes nos ementários ora verificados e, conforme a análise textual apresentada neste paper, atualmente é possível reconhecer presença mais contundente das ciências humanas, em especial considerando a relevância da formação em ética e filosofia (mais comumente realizada em cursos de bacharelado), e outras disciplinas das ciências sociais aplicadas, como a contabilidade pública (esta, em especial nos cursos tecnológicos, mas também presente nos cursos de bacharelado). Também a formação metodológica é muito frequente nos cursos de bacharelado, cumprindo com estímulo ao desenvolvimento de competências reflexivas para a atuação profissional em seu sentido mais abrangente, bem como oferecendo incentivo ao engajamento acadêmico em estudos pós-graduados e outras possibilidades de atuação que exijam competências analítico-críticas.

4.2.3 Iniciação Científica e pesquisa

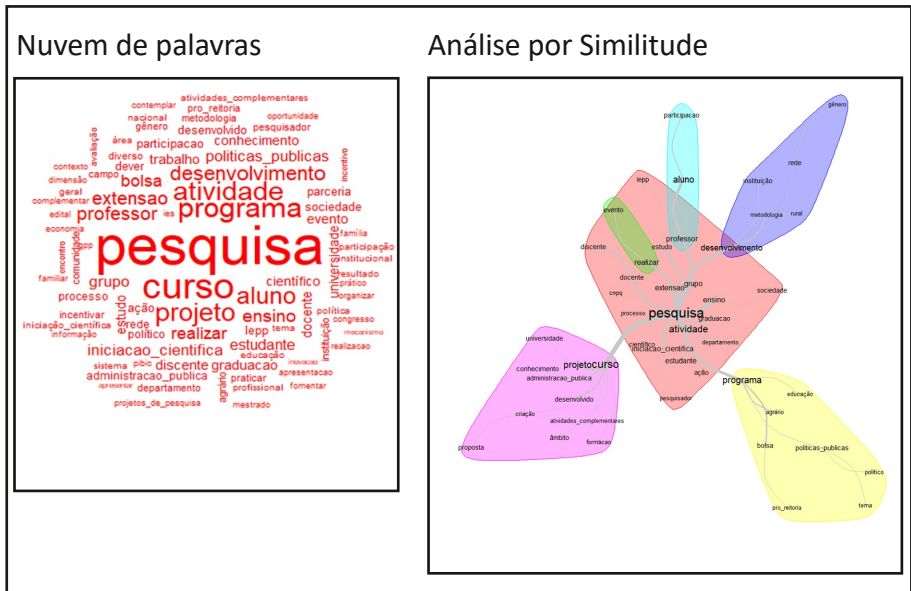
A iniciação científica e mais amplamente a pesquisa aparecem citadas no sumário e com uma parte textual de relevância em apenas 21 (41,2%) dos 51 PPCs analisados. Diferentemente das disciplinas, apesar de também ser obrigatório para os PPCs, o item não ganha destaque, aparecendo de maneira pulverizada, especialmente no caso das instituições privadas de ensino. Dos 21 PPCs, 9 são bacharelados e 12 são tecnológicos; 19 são públicos e apenas dois cursos, de tipo tecnológico, correspondem a instituições privadas.

A análise por similitude destaca 40 termos que mais se repetem (Figura 5) e expressa a proximidade entre pesquisa, ensino e extensão, bem como entre docente e discente, além de reconhecer os processos de validação da atividade de pesquisa (referência a “atividades complementares” e “bolsas”) e a diversidade de possibilidades de produção e divulgação científica (“eventos”, “formação”) em práticas coletivas (“programas”, “grupos”). Os temas de pesquisa mais destacados são “administração pública” e “políticas públicas”. A nuvem de palavras traz a importância da articulação com o ensino e a extensão e das bolsas de iniciação científica.



Para além da análise a partir do software, a sistematização dos 51 PPCs permite avançar em algumas nuances. Primeiramente, pode-se observar uma distinção entre a abordagem da pesquisa entre os bacharelados e os cursos tecnológicos, o que pode estar associada também às DCNs específicas desses tipos de curso. Em geral, percebe-se que enquanto nos bacharelados a pesquisa está relacionada à iniciação científica, nos cursos tecnológicos há uma maior ênfase na pesquisa aplicada voltada para soluções, para formação profissional, envolvendo no diálogo com o mercado profissional, por meio de parcerias.

Figura 5. Análise textual do item pesquisa ou iniciação científica em 21 cursos de graduação presenciais do CP.



Nota: Elaborado pela RPCP por meio do software Iramuteq, com base nos PPCs analisados.

Como formas mais recorrentes de prática da pesquisa, destaca-se a iniciação científica, por meio de bolsas ou de forma voluntária, considerada como atividade complementar. Outra prática recorrente consiste na realização de encontros, jornadas, seminários, congressos, com apresentação dos trabalhos dos estudantes. A formação científica também está presente na maioria dos PPCs pela presença da disciplina de metodologia científica na graduação e pela inserção da modalidade de pesquisa nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), item obrigatório para as DCNs de cursos de bacharelado de Administração Pública.

Nos cursos nos quais essas práticas estão mais consolidadas são citados programas institucionais de estímulo à pesquisa científica, para além dos fomentos oficiais. Além disso, destaca-se a importância, em alguns cursos, da articulação dessa prática com grupos de pesquisa consolidados e com a pós-graduação, o que significa a preocupação com a formação de estudantes também para a carreira acadêmica.

Pode-se concluir que a maioria dos PPCs analisados não descreve com profundidade as práticas de pesquisa. Isso faz com que a articulação ensino, pesquisa e extensão apareça de forma mais retórica nesses documentos, sem detalhamento de como ela acontece de fato. Apesar disso, a análise dos documentos evidencia

que essa preocupação está presente e se manifesta de forma diferenciada nos cursos de bacharelado e tecnológicos do campo, estando ainda, na maioria dos casos, atrelada à iniciação científica ou ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa no TCC.

4.2.4 Extensão

Dos 51 PPCs analisados, apenas 26 contavam com seção específica tratando da extensão e explicitada no seu sumário. Acredita-se que este número reduzido pode se alterar como efeito da Resolução CNE/CES 007/2018 (MEC, 2018) e dos debates e ações que ainda estão sendo empreendidos em alguns cursos para a formalização destas diretrizes e para a curricularização da extensão. Dos 26 cursos analisados, 14 são tecnológicos e 12 bacharelados.

Considerando estes 26 PPCs, foi realizada uma análise do dendograma (figura 6) que demonstra uma aproximação entre as classes 1 e 2, representadas graficamente pelas "chaves de ligação". Além disso, nota-se que a classe 3 é a que desencadeia as demais. Neste sentido, com o objetivo de compreender melhor a formação das classes propostas pelo software, extraímos uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC), representada na Figura 7.

Figura 6. Categorias do item extensão em 26 PPCs do CP -



Nota: Elaborado pela RPCP por meio do software Iramuteq, com base nos 26 PPCs que contam com item de sumário referente à extensão.

Considerando as análises realizadas, três classes distintas podem ser compreendidas como: Classe 1: Aspectos formais da extensão; Classe 2: Estruturação das práticas extensionistas; e Classe 3: Vivência das práticas extensionistas. Na classe 1, a palavra “curso” aparece com grande frequência seguida da palavra “âmbito” que remete ao próprio curso, sala de aula e dos programas construídos; também se destacam as palavras “institucional” e “pesquisa”, o que

evidencia a preocupação com a articulação com a pesquisa e também a integração com o ensino. Já na classe 2, as palavras apresentadas se relacionam com atores nas ações de extensão, a experiência, assim como a forma como são estruturadas. As palavras que assumem relevância nesse caso são “público”, “aluno”, “projeto”, “escola”, “municipal”, “experiência”, “conteúdo”, “seminário”, ressaltando a articulação com o ensino e em uma atuação local. Por fim, a classe 3 representa os impactos esperados para as atividades extensionistas empreendidas, como a relação com a “sociedade”, às “desigualdades”, dentre outras aproximações lexicais que marcam a vivência das práticas extensionistas no CP, com destaque para as palavras “social”, “comunidade” e “cidadania”.

Como vimos anteriormente na Figura 6, as classes 1 e 2 derivam da classe 3, marcando uma preocupação com a sociedade e as demandas das comunidades na construção dos PPCs e na valorização de vivências extensionistas, pelos estudantes, em especial em sua interação dialógica com a sociedade. Contudo, os aspectos formais da estruturação destas práticas possuem maior peso no volume total de segmentos textuais separados.

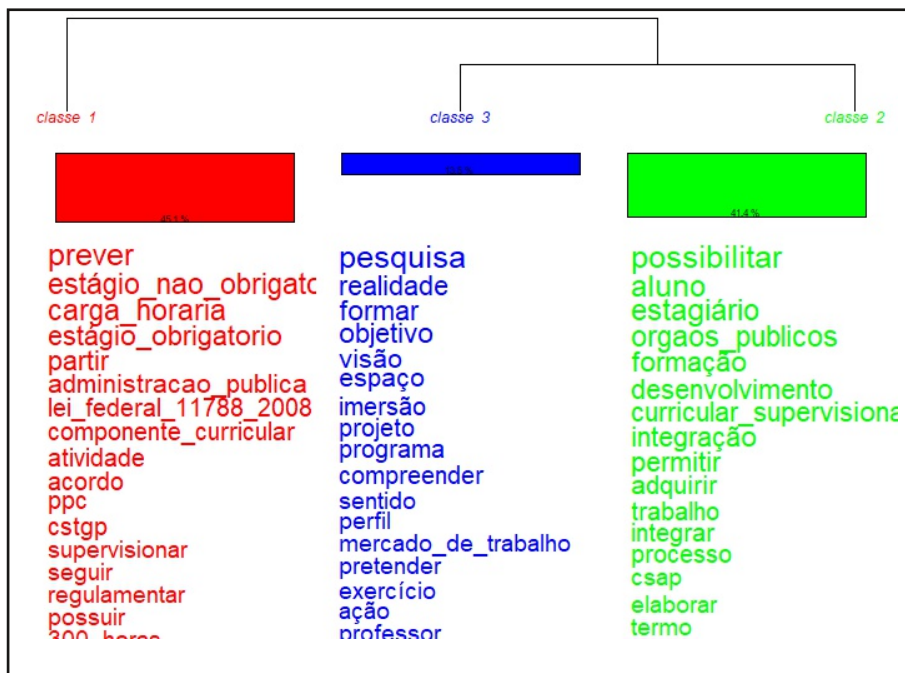
Para além das análises obtidas por meio do software, considerando as IES que já apresentam o debate acerca da curricularização da extensão em seu PPC, observamos que foram distintas as estratégias para a acreditação dos 10% da carga horária do curso para a extensão, sendo principal a estratégia de incluir disciplinas extensionistas, ou apresentar dentro das disciplinas carga horária prática estruturada por meio de metodologia extensionista. Outra estratégia apresentada por alguns cursos é a integralização das atividades de extensão por meio de atividades complementares. Neste aspecto, cabe ressaltar a importância da construção de espaços de trocas de experiências entre os cursos, para a diversificação destas possibilidades, considerando a realidade de cada IES, promovendo os conceitos e práticas de extensão, como elemento relevante para a formação no CP.

4.2.5 Estágio

Ao realizar a análise para o estágio, foram utilizados 35 PPCs (68,6% dos levantados), os quais possuíam item específico sobre estágio explicitado em seu sumário. A análise a partir do software revelou 3 classes de palavras, considerando 215 segmentos (73,1%) estatisticamente válidos. A Figura 8 apresenta o Dendograma.

Figura 8. **Categorias do item estágio em 35 PPCs do CP -**

Dendograma



Nota: Elaborado pela RPCP por meio do software Iramuteq, com base nos 26 PPCs que contam com item de sumário referente à extensão.

Na Figura 8 é possível perceber que as classes 2 e 3 se aproximam, por meio das “chaves de ligação”, ao passo que a classe 1, ao mesmo tempo em que se distingue destas duas, é responsável por desencadeá-las. A partir dessas aproximações, é possível inferir que a classe 1 apresenta uma perspectiva de estágio supervisionado direcionada aos aspectos burocráticos atrelados à sua prática, ou

seja, refere-se às regras a cumprir, o que pode, por exemplo, ser evidenciado pelas palavras e expressões “estágio obrigatório” e “carga horária”.

Para compreendermos melhor estas aproximações e distanciamentos, apresentamos na Figura 9 os resultados da Análise Fatorial de Correspondência. Em relação à Classe 1, observamos como recorrentes as palavras e expressões "prever", "estágio obrigatório", “estágio não obrigatório”, "carga horária", “componente curricular” e "Lei Federal 11.788", confirmando que a classe 1 refere-se a processos formais de realização do estágio.

A Classe 2, por sua vez, apresenta as palavras e expressões "possibilitar", "aluno", "estagiário", "órgãos públicos", "formação" e "desenvolvimento", dentre outras, o que ressalta os processos formativos referentes à realização do estágio. E neste sentido que esta classe se aproxima da classe 3, que apresenta palavras e expressões como: "pesquisa", "realidade", "formar", "imersão", "compreender" e "mercado de trabalho" que se referem mais às práticas de estágio propriamente ditas.

A despeito do maior percentual para aspectos formais, ressalta-se que grande parte dos textos analisados traz em seu conteúdo a importância do estágio no percurso formativo, ressaltando a relevância do estágio como contribuição para o aperfeiçoamento da gestão pública, das políticas públicas e para a sociedade.

4.2.6 Perfil do egresso do CP

O perfil do egresso (ou concluinte) é item obrigatório em um PPC. Junto aos princípios norteadores, talvez estes sejam os dois elementos - políticos e pedagógicos - mais importantes para a definição dos componentes curriculares e atividades que virão a compor o processo formativo. Portanto, analisar o perfil de egresso dos cursos do CP contribui para que se possa compreender sua configuração.

Neste recorte da pesquisa, foram analisados 49 PPCs de cursos tecnológicos (26) e dos bacharelados (23), observando-se que as DCNs para ambos são diferentes. Dos 51 PPCs coletados, 2 não identificavam um item específico, constando no sumário, para perfil de egressos, portanto não foram utilizados na análise.

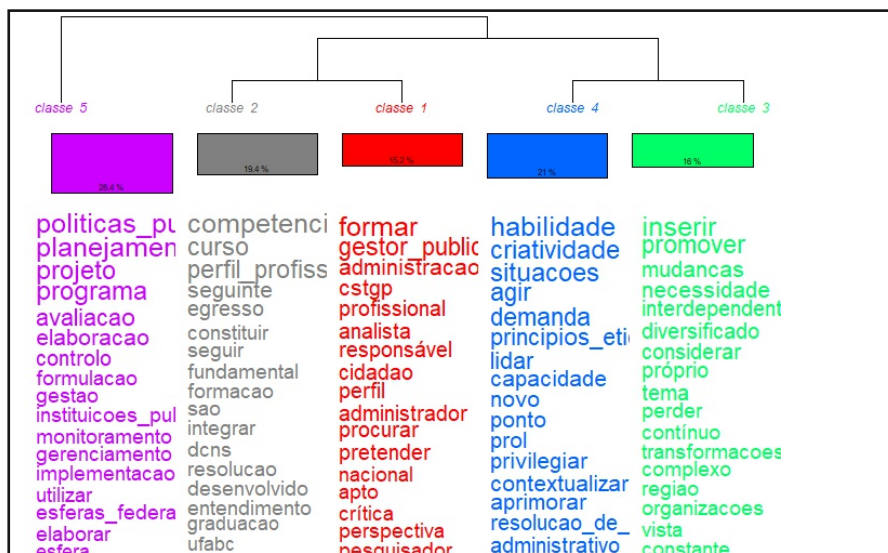
A análise do perfil do egresso dos 49 cursos por dendograma indica cinco classes, sendo que quatro delas podem estar em duplas sub-agrupadas (classes 1 e 2 e classes 3 e 4), conforme observa-se na figura 10.

A classe Atuação do Egresso (28,4% - roxa) abrange palavras como: “projeto”, “políticas públicas”, “avaliação”, “planejamento”, “controle”, “elaboração”, “implementação”, “gestão”, “formulação”, “consultoria”, “coordenação”, “monitoramento”, “setor público”, “organização” e “programa”. Estão presentes, portanto, referências às funções clássicas da Administração (planejar, organizar, dirigir e controlar), mas também ao ciclo de políticas públicas (formular, implementar, avaliar). Este eixo se aproxima do disposto no Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia (MEC, 2016), mais detalhado em termos de atuação.

A categoria Competências técnicas forma-se juntando a classe 2 e 1 - cinza e vermelha, respectivamente 19,4% e 15,2% das palavras analisadas - (somando as duas, 34,6%) e relaciona as seguintes palavras: “curso”, “egressos”, “competências” e “habilidades”, “oferecer”, “instrumento”, “curricular”, “DCN”,

“projeto pedagógico”, “perfil profissional”, “graduação” e “formação”, todas na classe 2, que trazem o que deve estar detalhado nos planos de curso enquanto conteúdos, o que se espera ofertar enquanto currículo. Já na classe 1 destacam-se palavras como “formar”, “gestor público”, “administração pública”, “profissional”, “responsável”, “analista”, “crítico”, “pesquisador”, “teórico-prático”, “cidadão”, itens que se conectam com a aplicação prática, o saber fazer, dos conteúdos curriculares. Esse conjunto de palavras indica que os cursos analisados explicitam nos PPCs as exigências legais que os atrelam às DCNs e outras normativas.

Figura 10. **Categorias do item perfil do egresso em 49 PPCs do CP - Dendograma**



Nota: Elaborado pela RPCP por meio do software Iramuteq, com base nos 49 PPCs que contam com item de sumário referente ao egresso.

Por fim, a categoria Competências comportamentais (37%) agrupa as classes 4 (21%) e 3 (16%), destacando palavras como: “habilidades”, “criatividade”, “agir”, “ética”, “resolução de problemas”, “inserir”, “promover”, “mudanças”, “transformações”, “complexo”. Há aqui um reconhecimento da educação como formadora de valores e atitudes, para além do ensino de conteúdos conceituais, que visam transformar os problemas sociais. Há uma proximidade maior com as DCNs de Administração Pública, quando, por exemplo, tratam do ethos republicano e democrático e da formação humanista.

Quando observamos a análise fatorial de correspondência na figura 11, verificamos visualmente como as classes verde e azul (classes 3 e 4) estão praticamente misturadas, como a cinza e a vermelha (classes 1 e 2)

Próximas etapas de investigação do perfil dos egressos poderão aprofundar as análises iniciais, em especial, contrastando os cursos tecnológicos e os bacharelados e a oferta dos cursos nas regiões brasileiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

Neste relatório apresentou-se o percurso da formação da Rede de Pesquisa do Campo de Públicas, o desenho e os resultados da primeira etapa da pesquisa realizada por essa rede, com vistas a realizar um diagnóstico exploratório do CP no Brasil. Para tanto, parte-se da análise dos dados do Censo do MEC de 2019 para caracterizar os 132 cursos presenciais cadastrados pelo Censo. Há uma grande maioria (90%) de cursos com nomenclaturas de gestão pública e administração pública, denotando ainda uma maior interface do campo com a área da administração, embora tenha havido uma maior diversificação disciplinar do mesmo nos últimos anos. A maioria dos cursos, 91 (69%), é de caráter tecnológico, com 41 bacharelados.

Do total de cursos mapeados, foi possível acessar apenas 51 Projetos Pedagógicos, que estavam publicizados nos sites das IES ou foram disponibilizados por seus coordenadores. Aqui cabe observar a necessidade de uma maior publicização dos PPCs dos cursos do CP,

tendo em vista que esses são documentos públicos que explicitam a identidade e o compromisso dos cursos, bem como a sua adequação às DCNs e outras regulamentações nacionais, sendo exigidos para sua autorização e reconhecimento/renovação.

Na leitura e análise dos PPCs disponibilizados evidenciou-se, de forma geral, um certo formalismo e mimetismo, o que dificulta muitas vezes acessar às particularidades para caracterizar os cursos e suas práticas. É fato que o PPC é um documento formal exigido pelo MEC, porém, cabe a reflexão sobre como eles têm sido produzidos nos cursos e o nível de engajamento de docentes, discentes, da comunidade acadêmica e externa nesse processo. Aqui, apontamos a necessidade de haver discussão coletiva nos cursos à luz não só das novas DCNs de AP, mas das reflexões realizadas pelo próprio campo e suas instituições representativas, tendo em vista as realidades nacional, regional e local, nas quais os cursos estão inseridos.

Quando nos atentamos para os resultados preliminares levantados por meio da análise textual dos PPCs, evidencia-se também alguns avanços e desafios do CP que gostaríamos de retomar. Em termos de avanços pode-se ressaltar a interdisciplinaridade expressa nas matrizes curriculares dos cursos que demonstra uma articulação entre campos disciplinares distintos ligados à ciência política, à filosofia e à sociologia e à administração

pública, à contabilidade e ao direito, além de uma interface do ensino com abordagens metodológicas e com a pesquisa e a geração de conhecimento.

Além disso, uma parte expressiva dos PPCs (45,8%) explicita a adoção das DCNs de administração pública, sendo que os que utilizam são principalmente bacharelados (91,6% deles). Destaca-se que as disciplinas obrigatórias apresentadas pelos PPCs disponíveis expressam compromisso com princípios fundadores do CP, descritos em marcos históricos como a sua Carta de Brasília (FP3CP, 2013). As disciplinas do CP demonstram, em maior ou menor grau a depender da instituição, que seus processos formativos se voltam tanto ao desenvolvimento de competências tecnopolíticas como também à consideração de princípios éticos e engajados com propósitos democratizantes e republicanos.

Entretanto, os desafios aparecem quando se vai para além do ensino e busca-se analisar a articulação com a extensão e a pesquisa e mesmo o estágio e o perfil do egresso desses cursos. No que se refere à pesquisa e à extensão, poucos são os PPCs que fazem referência explícita às práticas de iniciação científica e de extensão dos cursos. Quanto a esta última, coloca-se ainda o desafio da curricularização da extensão determinado pela Resolução CNE/CES 007/2018 (MEC, 2018). Embora tal resolução tenha que se aplicar pelos cursos até final de 2022, percebe-se que isso não está evidente na grande maioria dos PPCs analisados.

Por meio da análise do estágio, verificou-se que quase 70% dos PPCs apresentam, de forma explícita, elementos relacionados ao estágio, embora tenha sido possível identificar, de forma fragmentada, referências à prática do estágio quando da análise pormenorizada dos PPCs. Para além das particularidades como, por exemplo, a não obrigatoriedade prevista para os cursos tecnológicos, identificou-se duas ênfases: 1) processos formais de realização do estágio; e 2) processos formativos atrelados à prática do estágio.

No que se refere ao perfil do egresso, prevalecem aspectos formais dos cursos e habilidades práticas esperadas dos formandos (71,6%, destacados como competências técnicas e comportamentais), bem como um destaque sobre as possibilidades de atuação dos egressos. Porém um conteúdo ainda incipiente, sem detalhes ou dados sobre o acompanhamento de egressos no mercado de trabalho.

Todos esses elementos são fruto de uma reflexão preliminar pelos autores, que resulta de um primeiro esforço coletivo de análise integrada dos dados da pesquisa. Alguns resultados corroboram com análises anteriores realizadas pelos participantes do CP durante os inúmeros debates provocados nos fóruns de professores e coordenadores do Campo e eventos similares, a exemplo da importância de haver discussões sistemáticas sobre a implementação dos PPCs, com ênfase no mapeamento dos cursos, ressaltando perfis e características.

Tais debates apontavam para a necessidade de avaliações periódicas com vistas ao aprimoramento pedagógico dos respectivos projetos, como também avaliações situacionais qualitativas. Estas ajudariam, inclusive, nas avaliações formais do MEC, uma vez que apontariam as especificidades e a diversidade do Campo (FP3CP, 2013). Mesmo que as DCNs levem a avaliações contendo um caráter disciplinar, o Campo de Públicas vem mostrando seu caráter interdisciplinar, haja vista a miríade de formações tanto de docentes como de egressos.

Entende-se que há limites nos dados e nas análises aqui empreendidas, podendo o escopo ser ampliado com a análise de mais PPCs e pesquisas qualitativas. Entretanto, esperamos que essa primeira devolutiva possa suscitar o diálogo e a reflexão em torno desses resultados e o engajamento de outros membros do CP com a pesquisa, bem como subsidiar a ANEPEC e outras entidades representativas no seu papel de fortalecimento do CP, além de suscitar novas questões e insights para a continuidade desta pesquisa e de outras referentes ao CP, conforme sugerimos a seguir.

6. ENTREGAS DA REDE DE PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS

Entre 2022 e 2023, foi possível divulgar os resultados parciais de seus levantamentos apresentando trabalhos no Encontro Brasileiro de Administração Pública (Andion et al, 2022), e no VIII

Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração (Cruz et al, 2023).

Além deste Relatório, a Rede também articulou-se para realizar uma publicação de relatório no Dossiê “Campo de Públicas no Brasil: avanços e perspectivas no ensino, na pesquisa e na extensão” da Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania (Andion et al, 2023).

Está programada para esse ano a realização de Roda de Conversa temática da RPCP no âmbito do V Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ENEPCP). Também faz parte da programação da 75a Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) um Painel com eixo de discussão sobre interdisciplinaridade, construção democrática e o Campo de Públicas.

Mais além, as iniciativas da Rede permitiram o estreitamento de laços entre professores e pesquisadores do campo nas cinco regiões do país, bem como um processo de qualificação inovador na formação de pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação do Campo de Públicas engajados no processo.

7. SUGESTÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA DO CAMPO

Diante dos achados e das discussões feitas nessa primeira

etapa da pesquisa, gostaríamos de finalizar sugerindo uma agenda e novas etapas de pesquisa que possam dar continuidade a esse esforço de pesquisa interinstitucional iniciado neste estudo:

- Ampliar o número de cursos e PPCs analisados, considerando dados do E-Mec;
- Analisar mais de perto as práticas de ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a construção de repositórios que possam ser usados para consulta e intercâmbio entre os cursos;
- Realizar pesquisa exploratória com docentes do campo tendo em vista conhecer melhor seu perfil e também as suas percepções sobre os cursos e os percursos formativos do campo;
- Aprofundar pesquisa com discentes e egressos do campo, buscando identificar o seu perfil e também as suas expectativas e percepções sobre os cursos e os percursos formativos do campo, além de atividades profissionais desenvolvidas após o curso;
- Conhecer experiências inovadoras de projetos Integradores, Práticas de Ensino, TCCs, Residências e novas possibilidades com a Inserção Curricular da Extensão;
- Desenvolver pesquisas sobre os cursos de pós-graduação, as linhas de pesquisa e a configuração dos cursos bem com as características de seu corpo docente e discente;
- Compreender melhor a relação dos cursos de graduação e pós-graduação e de seus docentes e discentes com as associações que conformam o campo.

REFERÊNCIAS

Andion, C., Cruz, F. N. B., Midlej, S., Silva, M. . A. F., & Ribeiro , E. C. (2023). Campo de Públicas no Brasil: Diagnóstico exploratório realizado pela Rede de Pesquisa do Campo de Públicas. Cadernos Gestão Pública E Cidadania, 28, e86839. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.86839>

Almeida, L. D. S. B., Rodrigues, M. I. A., & Silveira, R. M. C. (2018). Ensino no Campo de Públicas: o caso dos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). *Revista NAU Social*, 9(17), 103-117.

Araújo, C. L. de. (2016). *Campo de Públicas: O Papel do Movimento Estudantil em sua Criação e Fortalecimento*. (Monografia de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Araújo, E. T. de. (2012) *(In)consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção*. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Brasil. (2014) *Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de Janeiro de 2014*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2014-pdf/14957-rces001-14>

Coelho, F. S. (2019). *História do ensino de administração pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do campo de públicas*. Brasília: Enap. Recuperado de <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4285>.

Cruz, F. N.B., Midlej, S., Vinhaes, L. & Oliveira, H. V. (2023) De qual interdisciplinaridade estamos falando? Ementários de projetos pedagógicos de cursos do Campo de Públicas. *Anais do VIII Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*. Florianópolis: Udesc.

Coelho, F.S., Almeida, L.S.B., Midlej, S., Schommer, P.C. & Teixeira, M.A.C. (2020). O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes 2015-2020). *Administração: Ensino e Pesquisa-RAEP*, 21(3), 488-529.

Etulain, C. R., Serafim, M. P. & Horochovski, R. R. (2018). O desafio do campo de públicas frente ao contexto de crise do Estado brasileiro. *NAU Social - Revista Eletrônica da Residência Social*, 09(17), 46-58.

Farah, M. F. S. (2018). Institucionalização do Campo de Administração Pública no Brasil: reflexões sobre o passado e desafios do futuro. *NAU Social - Revista Eletrônica da Residência Social*, 9(17), 76-91.

Filgueiras, B. S. C & Lobato, L. V. C. (2015). O “Campo de Públicas” e as Políticas Sociais no Ensino Superior Brasileiro: um debate acerca do papel do Estado, do desenvolvimento e da formação em/para a gestão pública. *Agenda Política*, 3(2), 100-130.

Fórum de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas (FP3CP). (2013) *Carta de Brasília*. IX Fórum de Coordenadores e professores do Campo de Públicas. Brasília. Recuperado de: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf>

Gomes, S., Almeida, L. S., & Lucio, M. L. (2016). A new agenda for teaching public administration and public policy in Brazil: Institutional opportunities and educational reasons. *Teaching Public Administration*, 34(2), 159-177.

Gonçalves, S. F. C. & Oliveira, V. C. S. A. (2016). Constituição do movimento Campo de Públicas a partir da percepção de integrantes graduados em *Administração*. *Administração Pública e Gestão Social*, 8(4), 202-211.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2022) *Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas*. Brasília. Recuperado de www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior.



Japiassu, Hilton. (1994) A questão da interdisciplinaridade. *Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular*. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Porto Alegre.

Keinert T. M. (2014). O movimento “Campo de Públicas”: construindo uma comunidade científica dedicada ao interesse público e aos valores republicanos. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(4), 169-176.

Lima, L. L. & Rodrigues, M. I. A. (org.). (2017). *Campo de públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Ministério da Educação (MEC). (2016). *Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. 2016. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192

Ministério da Educação (MEC). (2018). Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Recuperado de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

Ministério da Educação (MEC). (2022) *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC*. Recuperado de <https://emec.mec.gov.br/emec/nova> .

Pires, V., Vainer, C. & Fonseca, S. A. (2012). Uma definição do “Campo de Públicas”. Recuperado de campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/defincampodepc3bablicas.pdf.

Pires, V., Silva, S. M., Fonseca, S. A., Vendramini, P. & Coelho, F. S. (2014). Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), 110-126.

Salviati ME. (2017) Manual do Aplicativo Iramuteq: versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3. Recuperado de: [http:// www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/anexo-manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati)

Schommer, P. C. & França Filho, G. C. (2010). A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU Social*, 1(1), 203-226.

Silva, S. D. A. M., Teixeira, G. D., Barbosa, S. C. T., & Araújo, S. M. V. G. D. (2015). Residência em políticas públicas: uma experiência inovadora de formação. *Cadernos de Pesquisa*, 45, 588-611.

Vendramini, P. & Almeida, L. S. B. (org.). (2017). *Pionerisimo, Renovação e Desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil*. Florianópolis: Editora Udesc.

RESUMO

Este relatório apresenta o percurso da constituição da Rede de Pesquisa do Campo de Públicas no âmbito da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP) e também o desenho, os aprendizados e os resultados preliminares de uma primeira etapa da pesquisa de diagnóstico exploratório de cursos do Campo de Públicas no Brasil a partir da análise das dimensões de ensino, pesquisa, extensão, estágio e perfil de egressos em 51 Projetos Pedagógicos. Tem por objetivo sistematizar essa experiência, apresentá-la e fomentar o diálogo e o engajamento dos participantes do Campo (coordenadores de curso, professores, pesquisadores, estudantes, egressos e profissionais) no esforço coletivo de compreensão do campo, sua configuração e características.

PALAVRAS-CHAVE: Rede Interinstitucional de Pesquisa; Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão no Campo de Públicas (ANEPECP); Diagnóstico do Campo de Públicas no Brasil; Gestão Pública; Políticas Públicas.